

UGT festeja 43 anos
com luta dos bancários
presente

SAMS: A importância
de manter a saúde oral
ao longo da vida

Diretor: António Fonseca

Nov. 2021 | 12
Publicação Mensal | Preço 1,5€

Mais Bancário

Aumento salarial de 0,4%
é inaceitável

**Sindicatos
vão recorrer
à conciliação**



funeralvida.servilusa.pt

800 204 222

PLANEAR FAZ PARTE DA VIDA

Liberte a sua família de qualquer encargo
ou preocupação.

Plano Funeral em Vida

Simple | Flexível | Vantajoso | Seguro

CONDIÇÕES ESPECIAIS
PARA SÓCIOS DO SINDICATO E FAMILIARES



Servilusa
AGÊNCIAS FUNERÁRIAS

Sempre do seu lado



ANTÓNIO FONSECA

Os bancários **ainda querem o SAMS?**

A pergunta do título é, obviamente, uma provocação, embora não sem um resquício de questionamento.

Gerações de bancários contribuíram para a constituição do SAMS e, ao longo dos anos, para o seu engrandecimento e adequação às necessidades de cada momento.

Hoje o SAMS é um dos melhores subsistemas de saúde do País, capaz de rivalizar com qualquer serviço, público ou privado.

Como os beneficiários sabem, o SAMS está dotado de tecnologia de ponta, com os equipamentos mais recentes do mercado que lhe permitem a realização de exames de diagnóstico ou cirurgias de grande sofisticação e precisão. Além disso, o SAMS disponibiliza aos seus beneficiários praticamente todas as especialidades médicas.

E se a qualidade tecnológica não pode ser posta em causa, o mesmo se pode dizer do profissionalismo dos seus recursos humanos.

A qualidade prática e teórica dos profissionais do SAMS é reconhecida dentro e fora de portas. No SAMS realizam-se atos médicos inovadores, alguns com técnicas descobertas pelos seus quadros.

Os beneficiários têm uma relação não só profissional mas também pessoal com os seus médicos, especialmente os médicos assistentes, que os acompanham ao longo da vida e sabem, a cada instante, o que precisam. Em vários inquéritos de satisfação, a maioria pronunciou-se favoravelmente aos serviços prestados pelo seu sistema de saúde.

O que nos leva à provocação inicial: os bancários ainda querem o SAMS?

A dúvida explica-se facilmente. Se os beneficiários podem encontrar internamente praticamente tudo o que precisam para se manterem saudáveis ou para restabelecer a saúde, por que alguns recorrem a serviços externos? Por que estão a preterir o SAMS, que sempre os acompanhou, em favor de unidades e profissionais externos, através das convenções de prestação de serviços e prejudicando os recursos em pagamentos a prestadores externos?

Não utilizar os nossos serviços é condenar o SAMS.

O SAMS precisa dos seus beneficiários para sobreviver, com a qualidade de resposta que sempre o caracterizaram.

Não creio que os sócios e beneficiários do SAMS do Mais Sindicato queiram acabar com o seu subsistema de saúde. Mas para mantê-lo devem utilizá-lo.

E o SAMS está apto a responder a toda e qualquer necessidade.

A saúde e bem-estar dos beneficiários é nossa responsabilidade. Manter os serviços em funcionamento sem desviar recursos para outros é responsabilidade dos beneficiários.

Repto aceite? Estou convicto de que sim. Espero que nos encontremos no SAMS! 🍒



9

GRAM

Reunião de núcleos
foi presencial

12

Questões Jurídicas

Teletrabalho na Agenda
do Trabalho Digno



27

Visto de Fora

Trabalho via plataformas:
Legislação ampla para proteção
de todos



Sindical

MAIS e SBC recusam revisão salarial de 0,4% | 6
CGD ainda vai em 0,2% de aumento | 7

Sindical

Sindicatos vão interpor recurso | 8

GRAM

Novamente juntas... e ao vivo! | 9

Juventude

Jovens lutam por representação na CES | 10

Formação

Saber gerenciar o stress | 11

Questões Jurídicas

Teletrabalho na Agenda do Trabalho Digno: um passo
em frente, mas pouco | 12

Atual

UGT: 43 anos ao serviço dos trabalhadores | 14

Elizabeth Barreiros eleita para o *Presidium* do
Eurocadres | 18

SAMS

Jesus Silva "Uma boca saudável é crucial para a
manutenção da saúde geral" | 20

"A Unidade de Saúde Oral continua a ser um serviço
com certificação" | 23

Boca, um mundo desconhecido | 25

Visto de Fora

Trabalho via plataformas: legislação ampla para
proteção de todos | 27

Tempos Livres

Bowling: Sócias do MAIS representam Portugal em
torneio | 30

São Martinho comemorado na Serra | 30

Aveiro encanta sócios | 32

Talento à prova

A imaginação é o limite | 33

Passatempos

Propriedade: Sindicato da Banca, Seguros e Tecnologias – Mais Sindicato
NIF 500 825 556

Correio eletrónico: direccao@mais.pt

Diretor: António Fonseca

Diretor-adjunto: João Carvalho

Conselho editorial: António Fonseca, Cristina Trony,

João Carvalho e Vânia Ferreira

Editor: Elsa Andrade

Redação, Edição e Produção:

Rua de São José, 131 | 1169-046 Lisboa

Tels.: 213 216 100 | Fax: 213 216 180

Correio eletrónico: maisbancario@mais.pt

Grafismo: Ricardo Nogueira

Pré-impressão e Impressão: Xis e ére, xer@netcabo.pt

Rua José Afonso, 1, 2.º- Dto. | 2810-237 Laranjeiro

Tiragem: 35.345 exemplares (4.345 enviados por correio eletrónico)

Periodicidade: Mensal

Depósito legal: 310954/10

Registado na ERC: n.º 109.009

www.mais.pt

Estatuto Editorial

Consultável através do endereço:

[https://www.mais.pt/atividadesindical/informacao/publicacoes/
Pages/estatutoeditorial_bancario.aspx](https://www.mais.pt/atividadesindical/informacao/publicacoes/Pages/estatutoeditorial_bancario.aspx)

A publicidade publicada e/ou inserta no Mais Bancário
é da total responsabilidade dos anunciantes

Grande Angular



ECO

Da mesa ao sapatinho, o Natal deste ano vai pesar mais na carteira

Com o Natal quase à porta, é já certo os portugueses vão ter de abrir os cordões à bolsa devido à subida generalizada dos preços. Bacalhau, produtos agrícolas, guardanapos e os próprios presentes de Natal são alguns dos artigos que vão sofrer com a inflação nesta quadra festiva. Este aumento deve-se essencialmente à escassez e/ou à escalada dos preços das matérias-primas, dos contentores marítimos, de componentes eletrónicos e da energia. A lista de compras vai pesar mais na carteira.

A começar pelos produtos agrícolas, com a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) a alertar para a “incontornável” subida dos preços destes artigos, face ao aumento dos custos dos fatores de produção, como os combustíveis e os adubos.

A acrescentar à lista, os produtos ligados às farinhas, ao trigo e ao pão já estão a ser alvo de uma revisão de preço em alta, como alertou a Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição (APED). Várias panificadoras admitem subir o preço do pão perante a escalada dos preços da energia e de matérias-primas essenciais ao negócio.

O bacalhau, que é um dos produtos mais procurados para a ceia de Natal, deve estar mais caro cerca de 20% em relação ao ano anterior, como escreveu o CM. “Será algo inédito. Todos os anos há ameaças de que o bacalhau pode faltar, mas os comerciantes

têm sempre conseguido repor os stocks. Só que este ano o problema é muito mais complicado porque estamos confrontados com uma gravíssima crise nos transportes marítimos a nível mundial, o que quer dizer que o bacalhau, pelo menos o de melhor qualidade, pode faltar na mesa dos portugueses este Natal”, alertou o comerciante grossista Domingos Júlio.

Para além do bacalhau, atualmente o preço das carnes de bovino e de aves, sobretudo frango e peru, está mais 25% mais caro e está previsto uma subida de mais 25% até janeiro, avança o CM.

Dinheiro Vivo

Subsídios de desemprego em mínimos desde arranque da pandemia

O número total de beneficiários de prestações por desemprego ficou no último mês ao nível mais baixo desde o primeiro embate da pandemia na despesa da Segurança Social, sentido em abril de 2020.

De acordo com estatísticas, em outubro, 216 631 desempregados tinham acesso a subsídio, sendo menos 17 636 (-7,5%), do que um mês antes, quando se mantém a medida de prorrogação automática de prestações por até seis meses, no âmbito das medidas extraordinárias de apoio acionadas para 2021.

É preciso recuar 18 meses, nos dados da Segurança Social, para encontrar um valor mais baixo de prestações processadas. Eram 203 533 em abril do ano passado, mês em que, pela primeira vez, houve subida nos subsídios pagos após o início do primeiro confinamento. Em março de 2020, havia ainda menos de 180 mil pessoas cobertas.

A descida do número de desempregados com acesso a prestações por desemprego ocorre num momento em que o emprego mantém a trajetória de recuperação. (...) Há um mês, havia 359 148 inscrições de desempregados ativas nos centros de emprego, com a taxa de cobertura das prestações por desemprego nos 65%.

As estatísticas da Segurança Social indicam que foi entre os beneficiários da concessão normal de subsídio de desemprego (que exige contribuições mínimas de 360 dias nos dois anos até à perda de trabalho) que mais se reduziu, em termos absolutos, o universo de indivíduos com acesso a subsídio. Houve menos 15 567 desempregados a receber a prestação regular, também a que assegura valores mais elevados, correspondendo a uma quebra de 9,4.



MAIS e SBC recusam revisão salarial de 0,4%

A última proposta das instituições de crédito é miserável e indigna – e por isso foi rejeitada. Mais Sindicato e SBC vão recorrer à conciliação

INÊS F. NETO

O processo negocial do ACT do Setor Bancário para revisão da tabela e cláusulas de expressão pecuniária continua sem acordo.

No início deste processo, quando a taxa de inflação prevista ainda era de 0,3%, já as instituições de crédito (IC) subscritoras do acordo coletivo se desculpavam com a pandemia e a incerteza no futuro para não aumentar os trabalhadores bancários.

Felizmente o decurso do ano demonstrou que a situação do setor bancário era claramente mais favorável do que o expectável, revelando lucros de milhões e permitindo distribuir dividendos pelos acionistas. Como se não bastasse, os bancos ainda aumentaram os resultados poupando nos custos do trabalho, ao reduzirem os quadros de pessoal em milhares de trabalhadores.

Não satisfeitos com os lucros e a devastação que impuseram a tantas famílias de bancários dispensados ou sujeitos a despedimento coletivo – e com a taxa de inflação prevista já em 0,7% –, os bancos tiveram o

desplante a afirmar só estarem disponíveis para atualizar as tabelas em 0,2%.

Rejeição unânime

Não obstante a postura de intransigência em compensar os bancários pelo esforço que lhes é exigido diariamente, Mais Sindicato e SBC colocaram em cima da mesa múltiplas soluções para atingir um acordo, mas todas foram recusadas.

Assim, na reunião de negociação de 24 de novembro, as IC comunicaram aos Sindicatos que a sua última proposta era de 0,4% de aumento nas tabelas e cláusulas de expressão pecuniária, sem qualquer outro tipo de compensação – e face a uma taxa de inflação prevista de 1%.

Após reunião do Secretariado da Febase e por decisão unânime de todos os Sindicatos que integram a Federação, MAIS e SBC transmitiram ao grupo negociador das IC que não aceitavam a proposta, considerando aquele aumento miserável e indigno para os trabalhadores de um setor tão lucrativo.

Conciliação

Os Sindicatos lamentaram ainda não haver acordo numa altura em que as partes já deveriam estar a negociar a revisão para 2022.

Por isso, transmitiram às IC que iriam recorrer à conciliação, requerendo a intervenção da Direção-Geral do Emprego e Relações de Trabalho (DGERT) na resolução do conflito. ■



CGD ainda vai em 0,2% de aumento

O banco público reviu a sua posição negocial, propondo agora 0,2% de aumento, ao invés do anterior 0,15% de aumento médio. Mais Sindicato e SBC recusaram liminarmente, como fizeram a propostas semelhantes

Inês F. Neto

Apesar de várias insistências do MAIS e do SBC, só depois de meses de espera e já quase no fim do ano se realizou, no dia 4 de novembro, a primeira reunião de negociação de revisão do Acordo de Empresa (AE) da CGD para atualização da tabela e cláusulas de expressão pecuniária para 2021.

Na ocasião, ambas as partes justificaram as suas propostas.

A CGD manifestou disponibilidade para rever a sua posição inicial de 0,15% de aumento médio da tabela para 0,2%, à semelhança do que então havia sido apresentado pela restante banca em sede de revisão do ACT do Setor Bancário.

A resposta dos Sindicatos foi a expectável: recusaram liminarmente esta proposta, tal como já tinham feito com a restante banca.

Recorde-se que a CGD acabou de apresentar os lucros até setembro, no valor de 429 milhões de euros, um aumento de 9,4% face aos primeiros nove meses de 2020.

Sindicatos avançam para 2022

Atendendo ao atraso no processo para 2021, os Sindicatos transmitiram ainda ser sua intenção negociar já a revisão da tabela salarial e cláusulas de expressão pecuniária para 2022.

Nesse sentido, lembraram as boas práticas anteriores, nomeadamente na última negociação, que permitiu a revisão salarial conjunta de 2019 e 2020, um processo vantajoso para todas as partes e que, consideram, deveria ser repetido na atual revisão.

No final da reunião, as partes concordaram em rever as suas posições e contribuir para que se obtenha um acordo com a maior brevidade possível. ▀

Tribunal chumba providência cautelar contra BST

Sindicatos vão interpor recurso



Dois dias antes da data reagendada para o início da audiência de discussão e julgamento da providência cautelar interposta para travar o despedimento coletivo no Santander Totta, o tribunal indeferiu-a. Os Sindicatos dos Bancários da UGT não vão ficar parados

INÊS F. NETO

O Tribunal do Trabalho de Lisboa indeferiu, dia 26 de outubro, a providência cautelar que visava a suspensão preventiva do despedimento coletivo no Banco Santander Totta (BST).

Esta decisão estriba-se, fundamentalmente, no facto do procedimento, após o fim da fase de negociações, se encontrar já em fase de notificação do despedimento aos trabalhadores, o que alterará, na visão do Tribunal, os fundamentos processuais e substantivos do procedimento cautelar.

Mais Sindicato, SBC e SBN não se conformam com esta decisão, tomada sem realização de audiência de discussão e julgamento, após a mesma ter sido considerada essencial para a boa decisão da causa, o que permitiria evidenciar os danos de que os trabalhadores estão, já, a ser vítimas, pelo que interporão o respetivo recurso.

Os Sindicatos sublinham, por último, que o Tribunal não se pronunciou sobre a ineficácia dos atos praticados após a admissão do procedimento cautelar, o que terá, face à gravidade da questão, de ser colocado, também, ao Tribunal da Relação de Lisboa. ▀



Novamente juntas... e ao vivo!

A primeira reunião de Núcleos do GRAM no pós-pandemia foi quase uma catarse coletiva, após tanto tempo de confinamento e restrições. Valeu a pena

Inês F. Neto

O encontro dos membros dos Núcleos do GRAM, que decorreu no Vimeiro a 23 e 24 de outubro, trouxe diversas novidades: o reencontro, a apresentação presencial da nova equipa coordenadora e a presença do presidente do MAIS.

Depois de tempos tão conturbados devido à pandemia, a reunião permitiu muitos desabafos e contactos, funcionando quase como um grupo de autoajuda. Muitas bancárias continuaram nos balcões em

atendimento presencial, especialmente nas localidades mais pequenas, lutando diariamente com a ansiedade face aos riscos que corriam; outras ficaram em regime de teletrabalho, sentindo o isolamento, a adaptação a uma nova forma de trabalho e a pressão.

De uma forma ou de outra, ninguém ficou imune, como partilharam durante o encontro. Traumas que ficaram e poderão não desaparecer facilmente.

O sentimento de proximidade, o prazer das relações interpessoais, a satisfação pelo convívio demonstrou bem a necessidade de todos por voltarem à normalidade possível.

Visão

A reunião de Núcleos foi igualmente uma oportunidade para os seus membros conhecerem pessoalmente António Fonseca, presidente da Direção do Mais Sindicato e do SAMS.

Com muito agrado, as sócias ouviram António Fonseca falar sobre o seu trabalho como presidente, compartilhando com as participantes a sua visão do sindicalismo, do MAIS, do mundo laboral – especialmente do setor financeiro – e da importância das mulheres na sociedade, no Sindicato e na banca.

Coordenação

No âmbito do GRAM, esta foi a primeira reunião de Núcleos sob a égide da nova coordenação que, recorde-se, é composta por Amália Varela (coordenadora), Eugénia Silva e Teresa Pereira.

Na ocasião, Amália Varela aproveitou para agradecer à sua antecessora, Cristina Trony, o trabalho desenvolvido no GRAM. 





Jovens lutam por representação na CES

Alteração aos Estatutos da Confederação Europeia de Sindicatos (CES) é fundamental para conseguir uma quota de representatividade da Juventude no Congresso da organização. Primeiro passo foi dado em Lisboa

INÊS F. NETO

A Juventude da Confederação Europeia de Sindicatos (CES) esteve reunida em Lisboa no dia 8 de novembro, tendo como tema central do debate a importância da representatividade dos jovens (até ao limite de 35 anos) no Congresso da estrutura. A reunião contou com mais de três dezenas de participantes de diversos países da Europa. Tânia Maltez, do MAIS, esteve presente como membro da UNI Europa Juventude.

Para que a quota da Juventude possa ser implementada é necessário que os Estatutos da CES sejam alterados no próximo Congresso, que se realizará em 2023. Com esse objetivo, a Juventude levou uma proposta de alteração estatutária à conferência da Confederação, que decorreu também em Lisboa, de 8 a 10 deste mês.

A proposta dos jovens foi aprovada com 75% de votos favoráveis.

Delegações com jovens

A proposta que será levada a Congresso defende a inserção de um novo parágrafo no Artigo 9.º dos Estatutos, cujo teor é: "Todas as associações com direito a enviar representantes ao Congresso devem assegurar que as suas delegações



Líderes da CES responderam aos jovens

incluam membros com idade igual ou inferior a 35 anos. Em qualquer caso, cada quarto delegado por delegação deve ter menos de 35 anos. Se uma delegação com quatro ou mais delegados não cumprir este critério, os seus direitos de voto devem ser reduzidos proporcionalmente."

O primeiro passo para uma efetiva representação dos jovens sindicalistas está dado. No entanto, é preciso esperar pela sua aprovação no Congresso de 2023 para que os mais jovens possam dar o seu contributo para um sindicalismo diferente, de olhos postos no futuro.

Debate inter-geracional

A reunião da juventude contou ainda com a presença dos líderes da CES, entre eles o Secretário Geral da UGT Carlos Silva, que responderam a várias perguntas dos jovens, num debate bastante participativo e inter-geracional. Recorde-se que a Confederação Europeia de Sindicatos é a voz de 45 milhões de membros de 92 organizações sindicais em 39 países europeus, e 10 federações sindicais europeias. As suas posições e diálogo com as instituições da União Europeia muito têm contribuído para a melhoria das condições laborais e de vida dos trabalhadores europeus. ■



Mais de três dezenas participaram

Saber gerenciar o stress



O retorno à formação presencial do Mais Sindicato decorreu com uma ação sobre ferramentas de gestão do stress. A resposta dos participantes foi muito positiva

INÊS F. NETO

A sede do Sindicato foi palco da primeira ação de formação presencial pós-confinamento, que se realizou no dia 13 de novembro, sob um tema muito apropriado para os tempos atuais: “Stresse Laboral e *Burnout*: desafios atuais na banca; ferramentas de gestão do stress.”

O tema gerou bastante interesse nos sócios, já que os bancários têm estado sob muita pressão, quer os que se mantiveram nos balcões no atendimento aos clientes, quer os que viram os seus hábitos de trabalho alterados pelo regime de teletrabalho.

A ação contou com a presença de 17 formandos, embora as inscrições tenham atingido o limite, deixando sócios sem vaga. A ausência de alguns inscritos é uma situação que preocupa o Pelouro da Formação, que está a equacionar medidas para pôr-lhe termo, face aos prejuízos causados ao Sindicato, pelos custos inerentes, e aos bancários excluídos.

Aprendizagem e partilha

No final da formação, a satisfação dos participantes foi evidente, tendo realçado, nomeadamente, a aprendizagem, entrega e partilha de conhecimentos entre todos.

Recorde-se que o stress está presente na vida pessoal e profissional, sendo reconhecido por muitos como “a doença do século XXI”.

O atual mundo do trabalho envolve múltiplos fatores desencadeadores de *burnout*, nomeadamente a incerteza, a instabilidade, a sobrecarga de tarefas, a adaptação a novas formas de trabalho ou as dificuldades de conciliação entre a vida pessoal e familiar. Mas no caso da banca, há que ter ainda em conta a natureza das tarefas desempenhadas e as grandes mudanças e processos de reestruturação que o setor atravessa, não esquecendo o impacto do atual contexto pandémico no quotidiano.

Nesse sentido, a ação de formação centrou-se no autocuidado, ajudando os participantes a compreender os mecanismos do stress e *burnout* e a reconhecer os fatores geradores na vida pessoal e profissional, de forma a identificar atempadamente os seus sinais e desenvolver ferramentas de gestão que possam ser utilizadas com sucesso e em tempo útil.

Numa sessão essencialmente prática, os participantes foram auxiliados a promover um maior autoconhecimento e a construir um plano de ação individualizado para implementar no dia-a-dia. ▶



Teletrabalho na Agenda

um passo em

Ao optar por não dar resposta a questões antigas ou criando novas questões sem lhes fornecer a devida e necessária resposta, o legislador perdeu uma excelente oportunidade de resolver problemas que há muitos anos afetam o quotidiano de milhares de trabalhadores

JOÃO ESCARDUÇA*

Mais de um ano e meio após a primeira declaração do Estado de Emergência, datada de 18 de março de 2020, e num momento em que na Europa e em Portugal se assiste a um ressurgir do aumento de casos de contágio com o vírus responsável pela Covid-19, as autoridades nacionais preparam-se para aprovar um novo pacote de medidas excecionais que procure inverter a atual tendência de subida.

Previsivelmente, entre essas medidas encontrar-se-ão o regresso da obrigatoriedade do uso de máscara na rua, o reforço da testagem da população através da gratuidade dos testes rápidos e a adoção do regime de teletrabalho obrigatório ou recomendado, sempre que a natureza da função o permita e o empregador disponha das condições e dos meios para o efeito.

No momento em que este texto está a ser redigido ainda não são conhecidas quais as medidas que voltarão a ser

implementadas e que com toda a probabilidade vigorarão, pelo menos, durante o próximo Inverno, motivo pelo qual nos cingiremos, de momento, a revisitar, no que ao teletrabalho diz respeito, o quadro legal atualmente vigente quer no Código do Trabalho, onde foram já aprovadas alterações neste domínio que entrarão em vigor a breve trecho, quer no âmbito da legislação excecional aprovada no âmbito da pandemia de Covid-19.

Teletrabalho em vigor...

No que a esta legislação excecional diz respeito, e sem prejuízo das medidas que vierem a ser aprovadas a seguir à redação deste artigo, refira-se que neste momento o teletrabalho é obrigatório, sempre que as funções o permitam e dispondo o trabalhador de condições para as exercer, nos seguintes casos:

- O trabalhador, mediante certificação médica, se encontrar abrangido pelo regime excecional de proteção de pessoas com condições de imunossupressão, nos termos do artigo 25.º -A do Decreto-Lei n.º 10 -A/2020, de 13 de março, na sua redação atual;
- O trabalhador possua deficiência, com grau de incapacidade igual ou superior a 60 %;
- O trabalhador tenha filho ou outro dependente a cargo, independentemente da idade, com deficiência ou doença crónica, que, de acordo com as orientações da autoridade

insistência e determinação dos trabalhadores e dos seus representantes que tornou possível algumas destas novas alterações.

São disso exemplo:

- A proibição do recurso a "outsourcing" durante 12 meses após despedimento coletivo ou por extinção do posto de trabalho;
- Aumento da compensação, para 24 dias por ano, devida ao trabalhador, por cessação de contrato de trabalho a termo;
- Presunção da existência de contrato de trabalho relativamente aos trabalhadores das plataformas digitais;
- Controlo social dos algoritmos utilizados;
- Abstenção de contactos do empregador depois do horário de trabalho.

Oportunidade perdida

Cremos, contudo, que o legislador ficou bastante aquém daquilo que podia e devia ter feito, desde logo por não nos parecer ser aceitável que se remetam para a contratação coletiva temas que, em 18 anos, altura em que foi introduzido o regime do teletrabalho no Código do Trabalho, as entidades patronais não quiseram propositadamente resolver.

Ao optar por não dar resposta a questões antigas, como é disso exemplo o cálculo do pagamento do

do Trabalho Digno: frente, **mas pouco**

de saúde, seja considerado doente de risco e que se encontre impossibilitado de assistir às atividades letivas e formativas presenciais em contexto de grupo ou turma.

... e novas medidas

A atual lei laboral, constante no Código, com exceção dos casos do n.º 2 do art. 166.º, e exige o acordo das partes. Este regime, cujas alterações efetuadas na sequência da Agenda para o Trabalho Digno estão já aprovadas, entrará em vigor assim que estas forem publicadas em Diário da República e das quais destacamos a possibilidade de os trabalhadores com filhos até oito anos, em vez dos atuais três, terem direito a exercer a atividade em regime de teletrabalho, sempre que este seja compatível com a atividade desempenhada e a entidade patronal disponha de recursos e meios para o efeito.

E se, nalgumas matérias, as alterações legislativas não resolveram problemas antigos e até criaram novos, também é verdade que noutras matérias foi a persistência,

acréscimo das despesas provocado pelo teletrabalho ou criando novas questões sem lhes fornecer a devida e necessária resposta (como controlar a rotatividade do teletrabalho entre progenitores com filhos menores de oito anos, quando ambos trabalhem para entidades patronais distintas?), o legislador perdeu uma excelente oportunidade de resolver problemas que há muitos anos afetam o quotidiano de milhares de trabalhadores e coloca-se ao lado dos que tudo fazem, para que, aparentando mudar, quase tudo fique na mesma. Voltaremos a este assunto quando forem conhecidas as medidas excecionais que se adivinham e retomaremos, com certeza, a reflexão e a análise, sobre as mais recentes e importantes alterações à lei laboral, bem como às grandes omissões e oportunidades perdidas que importam assinalar e destacar. ▀

**Advogado do Mais Sindicato*



43 anos ao serviço dos trabalhadores

No dia em que comemorou mais um aniversário, a central sindical aprovou uma resolução que abordou, entre outros temas, o Orçamento do Estado (OE), a negociação coletiva e a luta do setor bancário. Os nomes de João Proença e Manuela Teixeira, antigos dirigentes, passaram a estar associados a dois auditórios da sede

PEDRO GABRIEL



O Secretariado Nacional da UGT reuniu em 28 de outubro na sede, na Ameixoeira, Lisboa, no mesmo dia em que a central sindical comemorou o seu 43.º aniversário.

O Secretariado aprovou, por unanimidade e aclamação, uma resolução que abordou os seguintes temas:

- O.E. 2022 | Um orçamento que deveria ir ao encontro das expectativas e necessidades dos trabalhadores e famílias;
- Negociação coletiva | É preciso passar das palavras aos atos;
- Sobre-qualificação de recursos humanos;
- UGT apoia a luta dos trabalhadores da Administração Pública;
- O setor bancário continua em rebuliço...

Expectativas goradas

Apesar do chumbo do OE, a UGT não deixou de efetuar a sua apreciação ao diploma inicial e às sucessivas alterações entretanto introduzidas. Na resolução pode ler-se que “este é um Orçamento que não se afasta substancialmente do de anos anteriores, o que não

deixa de surpreender e de desiludir, não só pelo facto de estarmos perante um contexto macroeconómico mais favorável (...) mas igualmente, ou sobretudo, pelas expectativas que o Governo foi criando nos trabalhadores e famílias de que este seria um ano e um orçamento de valorização de salários e rendimentos e de desagravamento da carga fiscal sobre o trabalho”. No mesmo documento, no entanto, é referido que “a UGT não pode deixar de registar o conjunto de medidas importantes dirigidas às famílias nas áreas sociais e fiscais, o qual merece a concordância da UGT, na medida em que contribui para mitigar alguns dos problemas que temos vindo a assinalar”.

No que diz respeito ao aumento extraordinário das pensões mais baixas, a central sindical não compreende que o Governo o tenha remetido para agosto (para depois, previsivelmente, passar para janeiro) ou ainda que, uma vez mais, “tenha adiado a recuperação do poder de compra dos funcionários públicos e dos trabalhadores do Setor Empresarial do Estado.” ▶



Dirigentes da FNE e família de Manuela Teixeira, que não marcou presença por motivos pessoais

Apesar de considerar positivas as alterações apresentadas na proposta de OE em matéria de tributação sobre o trabalho, a UGT não deixa de classificá-las como “excessivamente tímidas, não se vislumbrando o esperado – e anunciado pelo Governo – desagravamento fiscal para todos, em especial para a classe média”.

Negociação coletiva

Como parceiro essencial na negociação coletiva, a UGT lamenta que esta continue a apresentar taxas muito baixas, tanto de cobertura como de revisão, apesar da fase de recuperação económica.

A central relembra que “o Código do Trabalho, na sua versão de 2009, já foi objeto de 16 alterações e, no cômputo geral, pode dizer-se que a parte mais fraca da relação de trabalho, o trabalhador, não saiu a ganhar”. A UGT não deixou, no entanto, de se congratular com o facto de o Governo ter reconhecido o mérito de muitas das propostas da UGT e as tenha adotado, ainda que apenas de forma parcial. Destacam-se, entre outras, a proibição, durante 12 meses, do recurso à contratação de trabalhadores em regime *outsourcing* por parte de empresas que tenham promovido despedimentos coletivos ou por extinção do posto de trabalho; o condicionamento do acesso a apoios e incentivos públicos por parte das empresas, à existência de contratação coletiva dinâmica/recente e ao cumprimento das normas laborais; o aumento da compensação devida ao trabalhador por cessação de contrato de trabalho a termo certo ou incerto, de 12 dias/ano para 24 dias/ano; a reposição do valor de pagamento das horas extraordinárias que vigorava até 2012 (50% de acréscimo na primeira hora e 75% nas segunda e restantes) a partir das 120 horas anuais.

Agenda justa

Ainda que muitas propostas tenham sido acolhidas, a UGT relembra que outras ficaram por considerar. No documento lê-se que “a recente onda de despedimentos coletivos, levados a efeito até por empresas lucrativas que, esquecendo a sua responsabilidade social e apenas na ânsia do lucro, mais

não fazem do que substituir trabalhadores com mais antiguidade e, consequentemente, com salários mais elevados, por trabalhadores mais jovens e com salários mais baixos”.

A central sindical continuará a defender propostas que tornam mais justa, completa e equitativa a Agenda do Trabalho Digno:

- Evitar a caducidade das convenções coletivas, cujo regime pretendia favorecer uma contratação coletiva dinâmica, mas que tem sido utilizada, pelos empregadores, como um instrumento de pressão junto dos sindicatos para que estes aceitem condições de trabalho menos favoráveis;
- A atual lei e a sua prorrogação por mais 12 meses de suspensão dos prazos de sobrevivência e caducidade, ajuda, mas não resolve, por si só, este problema. É necessário regular e condicionar a utilização indevida e arbitrária do instituto da caducidade tornando imperativa a fundamentação para efeitos de denúncia dotando, em



João Proença foi um dos homenageados

simultâneo, o Tribunal Arbitral consignado no art.º 501-A de mais competências;

■ Reposição, no Código do Trabalho, do regime de majoração das férias cuja eliminação veio provocar uma forte discriminação. As convenções que se limitaram a transcrever o regime da lei geral, ao tempo imperativo, mantiveram este regime em vigor, mas as que o não fizeram viram este regime eliminado e nunca mais os trabalhadores abrangidos conseguiram negociar a sua reposição.

Banca essencial

O setor bancário também não foi esquecido na resolução do Secretariado Nacional. No documento, a UGT indica que os sindicatos do setor, como o Mais Sindicato, "que tão recentemente demonstraram ser possível a unidade sem unicidade, nas lutas que promoveram contra os despedimentos, não esmorecerão na conquista por melhores condições de vida e de direito ao trabalho, mas trabalho digno."

Para a central, o Estado Social "não pode ser constantemente posto em causa por um patronato retrógrado, sem espírito social e de egoísmo crescente, ainda mais num setor tão produtivo".

A terminar este ponto, a UGT refere que "acompanhará e apoiará, sempre, os seus sindicatos, na luta por mais

e melhor emprego no setor, e por melhores condições sociais, culturais e económicas dos trabalhadores bancários".

Desafios

Na resolução, aprovada por unanimidade e aclamação, o Secretariado Nacional da UGT "lamenta profundamente o chumbo do Orçamento do Estado para 2022 e as consequências que esse facto representa para todos os trabalhadores portugueses".

No mesmo documento "insta os partidos políticos com assento parlamentar a desenvolverem todos os esforços, com menos calculismo partidário e mais preocupações sociais com os portugueses, saídos de uma crise pandémica que deixou traumas, desespero, morte, dor, sacrifício e pobreza de muitas famílias, e que merecem que os seus representantes políticos se empenhem verdadeiramente em recuperar o País e governar para os seus cidadãos, com a nobreza que a política exige a quem é eleito com esse propósito – servir a comunidade, garantindo as condições para que algumas das medidas previstas no Orçamento do Estado para 2022, como é o caso do aumento do salário mínimo e das pensões, em janeiro de 2022, possam, não obstante o chumbo, ter efetividade prática". ▶



João Proença e Manuela Teixeira homenageados

No mesmo dia em que assinalou o seu 43.º aniversário, a UGT homenageou dois grandes sindicalistas, João Proença e Manuela Teixeira, com a atribuição dos seus nomes a dois dos auditórios da sede da UGT.

João Proença foi secretário-geral da UGT entre 1995 e 2013 enquanto Manuela Teixeira foi presidente da central sindical entre 1998 e 2004.

Carlos Silva expressou a honra que a organização sente com estas homenagens, que destacam o papel de duas

grandes figuras do movimento sindical democrático.

Na cerimónia de homenagem estiveram presentes o embaixador da Argentina em Portugal, D. Rodolfo Gil, e a presidente da Junta de freguesia de Santa Clara, Maria da Graça Ferreira.

Esta não é a primeira vez que a UGT atribui o nome de históricos sindicalistas a espaços na sua sede. Em 2020, o auditório principal da sede foi batizado com o nome de Delmiro Carreira. ▶

Elizabeth Barreiros

eleita para o Presidium do Eurocadres

A presidente da Ala de Quadros da UGT foi eleita executive officer no Congresso do Eurocadres que elegeu ainda Nayla Glaise como presidente



PEDRO GABRIEL

O 6.º Congresso do Eurocadres realizou-se entre os dias 20 e 22 de outubro, em Madrid, com o tema central a ser as prioridades do futuro do trabalho.

Os Quadros e Técnicos Superiores terão um papel vital na transição para uma Europa digital. Desta forma, as prioridades políticas para 2021-2025 adotadas pelo Congresso centraram-se na liderança responsável como base principal para as transformações do mundo laboral.

Histórico

Elizabeth Barreiros, membro do Secretariado Sindical do Banco de Portugal, assumiu pela primeira vez a função



Elizabeth Barreiros (primeira à direita) faz parte do novo Presidium.

relevante e exigente de executive officer do Presidium do Eurocadres.

O Congresso assinalou também um momento histórico. A francesa Nayla Glaise foi eleita presidente, sucedendo a Martin Jefflén, e tornou-se na primeira mulher a assumir o cargo.

Membro do Presidium desde 2017 com a função de tesoureira entre 2017 e 2021, a nova presidente referiu, no seu primeiro discurso, a importância da drástica mudança que o mundo do trabalho sofreu nos últimos 18 meses.

“Congratulo-me com esta eleição, numa altura em que os sindicatos poderão orientar os trabalhadores europeus através das mudanças que estamos a viver, como a digitalização, a transição ecológica e a recuperação da pandemia”, destacou.

Desafios

O Congresso de Madrid debateu um conjunto de ideias sobre o futuro e expectativas de técnicos e gestores. Não só a pandemia de Covid-19 mas também as transições ecológica e digital alteraram o papel desses técnicos e gestores, tanto do ponto de vista das empresas como dos trabalhadores.

As prioridades políticas adotadas durante o congresso permitirão influenciar o futuro do trabalho em domínios como a digitalização, a inteligência artificial, o teletrabalho e a saúde e segurança no trabalho, proporcionando



proteção aos trabalhadores através de um quadro legal mais forte no futuro.

A importância dos sindicatos para garantir a proteção ao longo deste período de mudança não pode ser subestimada e, apesar dos desafios dos últimos 18 meses, o Eurocadres conseguiu transmitir as preocupações dos trabalhadores junto dos principais parceiros sociais. É necessário prever regulamentação que proteja os trabalhadores, com profissionais e gestores que exijam uma distinção clara entre a ética profissional e pessoal e a responsabilidade social das empresas, através de legislação em matéria de direitos



A nova presidente do Eurocadres, Nayla Glaise.



Martin Jefflén mantém-se ligado ao sindicalismo na Suécia.

humanos sobre o dever de diligência e da regulamentação em matéria de riscos psicossociais.

Legado

Depois de oito anos à frente dos destinos do Eurocadres, onde enfrentou uma pandemia global, duas mudanças de Comissão e Parlamento e obteve várias conquistas para os trabalhadores europeus em áreas diversas, Martin Jefflén regressa à terra natal, a Suécia, com a sensação de dever cumprido.

“Fizemos campanha e lançámos uma diretiva de referência que protegerá os denunciantes em toda a União Europeia. Estou muito contente pela minha contribuição ter um impacto duradouro para os trabalhadores europeus”, referiu. 

Jesus Silva





Saúde oral não é só ter dentes bonitos. Inflamações da boca podem afetar até o coração. Por isso os cuidados a ter começam na gravidez e prolongam-se pela vida fora, como explica Jesus Silva, estomatologista e responsável pelo Serviço do SAMS

ELSA ANDRADE

**“Uma boca
saudável
é crucial
para a manutenção
da saúde geral”**

P – Qual a importância da saúde oral para a saúde em geral?

R – A saúde oral está relacionada com o estado de saúde geral do nosso organismo. Não se limita à capacidade de falar, sorrir, cheirar, saborear, tocar, mastigar, engolir, mas também contribui para a ausência de dor e desconforto. Existem várias doenças da cavidade oral que têm fatores de risco comuns com outras doenças crônicas e sistêmicas. Prevenir os fatores de risco comuns parece ser a chave do conceito para diminuir a carga das doenças crônicas e aumentar a qualidade de vida dos nossos pacientes ou doentes.

P – As doenças da boca podem refletir-se no bem-estar geral?

R – A resposta é sim, na medida em que toda e qualquer doença inflamatória, viral ou bacteriana, que invada a nossa boca, pode acabar por afetar outras partes do organismo, como o coração, por exemplo. Além disso, há sintomatologia da cavidade oral que se reflete na

qualidade de vida do paciente, como a perda do paladar, as feridas na cavidade oral e a sensação de boca seca, entre outras.

De pequenino...

P – Diz-se que os cuidados com a dentição devem começar logo na gravidez. É verdade? Como e porquê?

R – É claro que sim, pois esse é um período em que pode haver agravamento das condições da má saúde oral, por isso as mães devem cuidar de si mesmas, desde logo com uma boa higiene oral, talvez a mais eficaz medida preventiva para evitar infeções da cavidade oral, que se podem transmitir ao bebé. Constitui este momento a janela de oportunidade para sensibilizar a grávida para a sua saúde oral e para a saúde oral dos seus filhos. Além deste aspeto, a dieta inteligente e gestão do açúcar, entre outros hábitos, podem contribuir para uma melhor literacia em saúde oral, capacitando a grávida a tomar as melhores opções em saúde.

P – Os cuidados com a saúde oral ao longo da vida podem evitar doenças? Quais?

R – A resposta é sim, na medida em que, como referido e, por exemplo, toda e qualquer doença inflamatória ou bacteriana que invada a nossa boca pode acabar por afetar outras partes do organismo.

A saúde da boca está diretamente relacionada com a saúde de todo o organismo, ao ponto de muitas das manifestações de outras doenças aparecerem na boca e de uma boca com determinadas doenças, como por exemplo com doença periodontal, pode aumentar o risco de diabetes, doença cardíaca e pneumonia. Manter a boca saudável é crucial para o seu bom funcionamento e manutenção da saúde geral.

Cuidados diários

P – Que cuidados diários aconselha? Basta lavar os dentes após as refeições?

R – É muito bom se conseguir escovar os dentes duas vezes por dia, com pasta fluoretada, durante 2 minutos e respeitando um jejum de duas horas após cada lavagem, pois isso é essencial para ter uma boa saúde oral e eliminar as bactérias que causam doença na cavidade oral. Evidentemente que se deve evitar comer doces, sobretudo fora das refeições e sem uma higienização dentária imediata, assim como se deve moderar o consumo de álcool e deixar de fumar.

A utilização de fita dentária e escovilhão interdentário é altamente aconselhado, como meio complementar de higiene oral.

P – Os cuidados necessários variam com a idade ou são os mesmos em qualquer idade?

R – Problemas nos dentes podem acontecer em todas as fases da vida, mas variam de acordo com a faixa etária do paciente, pelo que é importante manter, em todas elas, uma boa higiene oral e visitar o dentista periodicamente desde cedo.



P – Qual é a regularidade ideal para consultas de estomatologia?

R – Eu diria que a frequência mínima é de seis em seis meses, embora, em casos mais específicos, pode ser indicado o acompanhamento com menos ou mais tempo, que deve ser definido pelo médico.

P – E qual a frequência para a higiene oral?

R – Também aqui é adequada a frequência mínima de seis em seis meses, com outra periodicidade a ser definida pelo profissional, em função da análise de risco do doente.

Atraso em tratamentos

P – Uma das áreas da saúde muito afetadas pela pandemia foi a saúde oral. Quais as consequências? Registaram-se casos graves?

R – A principal consequência foi o atraso em tratamentos já iniciados e o atraso no início de outros. Um tempo prolongado com diminuição de acesso e disponibilidade em consultas de prevenção ou tratamento poderá vir a refletir maior necessidade de tratamento pelas dificuldades de diagnóstico precoce e tratamento atempado. Não tenho informação que me permita afirmar que tenha sido motivo do registo de doenças graves. 

“A Unidade de Saúde Oral continua a ser um serviço com certificação”



P – No Centro Clínico foi necessário fechar o espaço em gabinetes isolados, além de outras normas de segurança. De que forma essas alterações perturbaram o atendimento a beneficiários e utentes?

R – O facto de haver, no Centro Clínico, um *open space*, que foi necessário autonomizar e de três gabinetes em “ilha” (gabinetes centrais, sem janela) reduziram a nossa capacidade em 50% durante cerca de um ano, o que constituiu um transtorno enorme na resposta do Serviço. De qualquer forma, foram executadas melhorias e adaptações que vão, com certeza, favorecer um melhor tratamento dos pacientes.

A Unidade de Saúde Oral continua a ser um serviço com certificação.

P – Sendo a saúde oral uma área sensível e que exige proximidade entre médico e doente, houve receio por parte das pessoas? Notou um retraimento no regresso às consultas?

R – Tal não se notou, pois as nossas consultas, até pela menor oferta, estiveram quase sempre em ocupação plena.

P – O retorno das consultas à normalidade foi demorado. Já foi possível retomar o ritmo? 

R – O ritmo já é o pré-pandémico, mas a procura em determinadas áreas como a Ortodontia, a Implantologia e a Odontopediatria é, ainda, superior à nossa capacidade de resposta.

Serviço bem dimensionado

P – A saúde oral é uma das áreas com mais procura no SAMS. Considera necessários mais gabinetes?

R – Apesar de a procura ser, neste momento, superior à oferta, considero que temos um serviço bem dimensionado, apenas a necessitar de reequipar pelo menos dois dos gabinetes da “ilha”.

P – E relativamente aos profissionais: o número de médicos e assistentes é suficiente ou há falta de recursos humanos?

R – Com a recuperação dos gabinetes, considero que podemos pensar em incrementar o número

de profissionais nas áreas referidas: Ortodontia, Implantologia, Endodontia e Odontopediatria (aliás já em processo de avaliação), para o que podem, também, vir a ser necessárias mais Assistentes Dentárias.

Novidades

P – Os beneficiários podem esperar alguma novidade nesta área?

R – A novidade é a contínua procura da melhoria na qualidade do serviço prestado. O SAMS sempre pautou a sua atuação pela atualização e inovação e com certeza procurará manter essa postura.

P – Pretende implementar mudanças na área que dirige?

R – Além do referido reequipamento e eventual incremento de áreas funcionais, poderá haver novidades na prestação de serviço, na área da Prótese Removível. ▶



Vacinação da Gripe Já Disponível



SAMS Serviço de Assistência Médico-social

Cara(o) Beneficiária(o),

Na sequência da nossa comunicação de 15 de outubro, é com satisfação que o SAMS vem informar que já dispõe de vacinas da gripe para ministrar.

Assim, a partir de terça-feira, dia 9 de novembro, serão abertas as marcações para a vacinação da gripe, no Centro Clínico de Lisboa, no piso 3.

É com agrado que o SAMS retoma um serviço importante disponibilizado há anos aos seus Beneficiários e só interrompido em 2020, devido às restrições causadas pela pandemia de Covid-19.

No Centro Clínico de Lisboa os Beneficiários poderão receber a vacina com toda a comodidade e segurança que caracterizam o SAMS.

A partir de terça-feira faça a sua marcação.

*O Conselho executivo do SAMS
Lisboa, 05 de novembro de 2021*

“Doenças da boca e das glândulas salivares” permite a descoberta de uma área do corpo muito visível mas a que geralmente se dá pouca importância.

O livro é uma coletânea de saberes coordenado por Alberto Santos, José Saraiva e Francisco Salvado, este último médico do SAMS



Os coordenadores (da esquerda para a direita): Francisco Salvado, Alberto Santos e José Saraiva

ELSA ANDRADE

A obra reúne artigos de mais de quatro dezenas de especialistas de diversas áreas médicas e instituições de saúde, num verdadeiro trabalho multidisciplinar dedicado às doenças da boca e glândulas salivares e que ajudará a esclarecer muitas dúvidas sobre diagnóstico e tratamento.

Como salientam os coordenadores na nota introdutória, “a boca e os seus órgãos anexos têm sido um território anatómico fronteira comum a um variado conjunto de especialidades médicas”, cujo exame deve ser efetuado por todos os médicos e profissionais de saúde. No entanto, “poucos valorizam quer os seus sinais e sintomas quer o seu papel na saúde sistémica”, lamentam.

Alberto Santos, Francisco Salvado e José Saraiva destacam que “a boca contém um mundo de sinais e sintomas que nos remetem para as mais variadas patologias, umas vezes restritas a este território outras integrando uma grande diversidade de doenças sistémicas. Só os podemos identificar se observarmos atentamente a boca”.

Nesse sentido, e “por se tratar de uma região de confluência de várias



Alguns dos autores de capítulos do livro

BOCA, um mundo desconhecido

estruturas anatómicas e funcionais”, os 27 capítulos do livro abordam desde a cárie dentária à patologia das glândulas salivares, bem como a traumatologia, a dor facial, a patologia da articulação temporomandibular, a estética e harmonia facial, a patologia tumoral e outras doenças dos tecidos moles e duros intra-orais.

O livro “Doenças da boca e das glândulas salivares” é dedicado especialmente aos profissionais de saúde, mas não deixa de ter interesse para todos os que queiram conhecer um pouco mais sobre esta região do corpo. 



Doenças da boca e das glândulas salivares

Autor: obra conjunta, coordenada por Alberto Santos, Francisco Salvado e José Saraiva

Editora: Amplifon/Minisom

ISBN: 978-989-330774

Idioma: Português

Edição: 2020

Páginas: 440

Ligue-se @ Nós



NÚMERO DE
UTENTE DO SERVIÇO
NACIONAL DE SAÚDE
(SNS OU SRS)

01

NÚMERO DE
IDENTIFICAÇÃO
FISCAL (NIF)

02

ATUALIZE
OS SEUS DADOS
PESSOAIS E DO
SEU AGREGADO

MORADA

03

E-MAIL

04

TELEFONE

05



Trabalho via plataformas:

legislação ampla para proteção de todos

Os trabalhadores que operam através de plataformas veem os seus direitos constantemente restringidos pela falta de proteção. A Comissão Europeia (CE) lançará um conjunto de leis que salvaguardam esses direitos, mas antes é necessário definir quem são os trabalhadores que estarão abrangidos para evitar abusos por parte das entidades empregadoras. Esta é a opinião de Valerio De Stefano e Antonio Aloisi*, docentes na área do direito do trabalho, cujo artigo conjunto publicamos

A iniciativa legislativa da Comissão Europeia (CE) sobre os trabalhadores de plataformas, que deverá ser apresentada no final deste ano, está, de forma justa, a chamar a atenção. Foi anunciada pela presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, no início do seu mandato, há dois anos, e prometeu “melhorar as condições laborais dos trabalhadores de plataformas”. Juntamente com o possível instrumento sobre salários mínimos adequados, é de longe o desenvolvimento social e laboral mais importante decorrente desta Comissão. Muitas questões cruciais necessitam ser abordadas pela proposta, incluindo como garantir que os trabalhadores de plataformas recebem uma remuneração justa, confiável e previsível tendo em conta as suas horas de trabalho muitas vezes irregulares e incertas. A cobertura efetiva de tais trabalhadores por normas existentes e adaptadas de saúde e segurança, os seus direitos coletivos de trabalho e o escrutínio por parte dos representantes sindicais e autoridades públicas da gestão algorítmica a que os trabalhadores estão sujeitos também precisam ser abordadas. Mas a questão fundamental com a qual a Comissão deve lidar é o alcance pessoal desta iniciativa. Quem são os trabalhadores que estarão abrangidos? Esta é uma preocupação crucial de toda a legislação laboral, mas é vital para um instrumento de trabalho baseado em plataformas.

Falso trabalho independente**

Os trabalhadores de plataformas são quase sempre classificados como trabalhadores independentes pelas suas empresas. Isto impede o acesso à maioria da proteção laboral em quase todos os sistemas jurídicos – excluindo-os, legalmente ou na prática, de acesso significativo aos direitos da negociação coletiva, proteção de saúde e segurança, leis de não-discriminação e planos de segurança social. A definição unilateral dos termos e condições resulta frequentemente em classificações incorretas e falso trabalho independente, conforme reconhecido pela Comissão no documento que lança a segunda fase de consulta aos parceiros sociais. A situação de emprego dos trabalhadores de plataformas

e a sua cobertura de acordo com os padrões laborais existentes têm sido discutidos em tribunais por todo o mundo. Embora os resultados deste litígio variem, as numerosas decisões dos tribunais supremos e superiores em muitos países europeus, que decidem a favor da inclusão dos trabalhadores de plataformas no âmbito da regulamentação do trabalho e do emprego, não podem ser negligenciadas pela Comissão.

Justiça morosa e onerosa

Mesmo que os trabalhadores de plataformas tenham conseguido entrar com processos judiciais eficazes nos tribunais europeus sobre o seu status de emprego, os litígios são uma forma cara, imprevisível e demorada de garantir a aplicação dos direitos laborais. Pior ainda, os padrões existentes deixam muito espaço para a arbitragem e a evasão.

Em primeiro lugar, sem negar a importância dos precedentes judiciais, as decisões que determinam esse status são emitidas caso a caso e muitas vezes vinculam apenas as partes à ação legal relevante. Em segundo lugar, em várias jurisdições, as empresas de plataformas reagiram aos resultados negativos ajustando os termos contratuais ou, mais radicalmente, recusando-se a cumprir sob a ameaça de deixar o mercado local. Outros esquemas passaram por estabelecer acordos jurídicos entre empresas-mãe e subsidiárias, distanciando as primeiras das segundas, e impor renúncias questionáveis ou cláusulas de substituição e arbitragem obrigatórias aos trabalhadores.

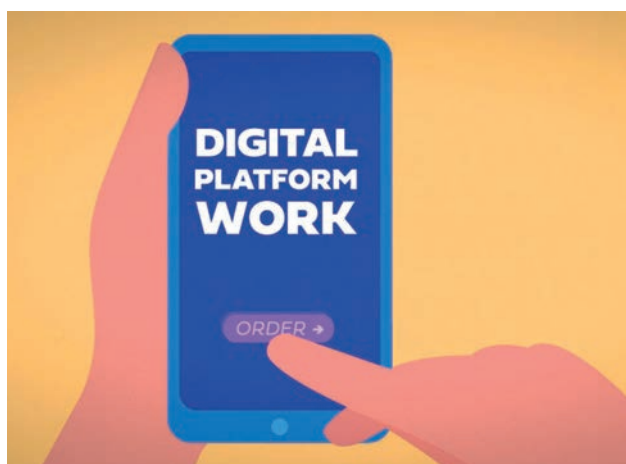
Realidade

Para enfrentar de forma adequada os desafios relacionados com a ‘gigificação’ (contratação de trabalhadores independentes para cargos curtos e baseados em projetos) do mercado de trabalho da UE, é essencial o princípio da ‘primazia dos factos’, já sancionado pela Organização Internacional do Trabalho e pela UE. O preâmbulo da diretiva da UE relativa a condições de trabalho transparentes e previsíveis afirma que “a determinação da existência de uma relação de trabalho deve ser orientada pelos factos relativos ao desempenho efetivo do trabalho e não pela descrição da relação pelas partes”.

Isto requer desconsiderar o ‘rótulo’ contratual quando uma avaliação geral dos factos frustra a sua afirmação formal. Embora de forma desigual, os tribunais têm aprimorado as ferramentas usadas para estabelecer a existência de uma relação de trabalho, interpretando de forma moderna os critérios clássicos: ordens do empregador, flexibilidade organizacional, integração empresarial, posse de equipamentos e risco comercial.

Alcance

O Tribunal de Justiça da UE (TJUE) também adotou progressivamente uma noção de ‘trabalhador’ que será provavelmente o ponto de partida para a reflexão da Comissão sobre o alcance do instrumento sobre





o trabalho de plataforma. Em particular, se associada às definições de relações de trabalho adotadas a nível nacional, no entanto, esta noção corre o risco de ser inadequada para o trabalho de plataforma. Seguir as noções tradicionais de trabalhador e relações de trabalho pode acabar por deixar de fora da análise de proteção muitos trabalhadores de plataformas que ainda serão ostensivamente classificados como independentes e terão que contar com litígios em massa para obter acesso à proteção – perpetuando as complicações já referidas. O novo instrumento deve, em vez disso, optar por um alcance preparado para o futuro. Um relatório encomendado pelo grupo de trabalhadores do Comité Económico e Social Europeu apresenta uma proposta ousada a este respeito. A noção de trabalhador é construída tanto na definição estabelecida na jurisprudência do TJUE – ampliada para incluir as novas formas de gestão algorítmica – como no conceito de ‘relação pessoal de trabalho’. De acordo com a última fórmula, todos os trabalhadores que fornecem trabalho predominantemente pessoal devem recair no alcance da proteção do trabalho, a menos que estejam, na realidade, a operar um negócio por conta própria.

O relatório mostra como é possível combinar o acervo do TJUE com um alcance mais abrangente. A definição do alcance do instrumento não necessita, na verdade, de referir-se à jurisprudência do tribunal – particularmente ao elemento de ‘sob direção de outra pessoa’, que corre o risco de ser interpretado de forma restrita pelos tribunais nacionais. A fórmula do ‘trabalho predominantemente pessoal’, embora certamente englobe todas as pessoas que se enquadram na noção tradicional de trabalhadores “sob a direção de outrem”, é muito menos aberta à evasão e à arbitragem por parte das empresas de plataformas. Também forneceria um alcance pessoal, ao garantir o acesso à proteção para todos os trabalhadores da plataforma que dela precisassem.

É importante notar que esta proposta não diz respeito apenas à noção do trabalhador abrangido pela proteção do trabalho e do emprego. Também defende uma presunção legal de tal cobertura: presume-se que os trabalhadores prestem trabalho predominantemente pessoal e sejam protegidos por toda a extensão das leis laborais, a menos que a outra parte sustente prova suficientemente forte de que tais trabalhadores gerem um negócio por conta própria. Uma definição ampla

de ‘entidades de emprego’ também está incluída, de modo a que as empresas, incluindo plataformas, não possam usar a subcontratação e outros esquemas de ‘distanciamento contratual’ para evitar a regulamentação.

Futuro

Reorientar a regulamentação laboral é uma tarefa bastante ambiciosa, que vai além dos limites do trabalho de plataforma. O trabalho não convencional veio para ficar e há muito tempo que vem interrompendo as estruturas jurídicas projetadas para um mundo ‘binário’ do trabalho, com base numa distinção clara entre emprego e trabalho independente que não é mais adequado para as economias de hoje (se é que alguma vez foi). A racionalização da noção de trabalhador teria também um efeito cascata positivo no acesso a áreas significativas do acervo social da UE, em termos de condições de trabalho dignas e proteção social para todos os trabalhadores que não sejam verdadeiramente independentes.

Com o impulso do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e sem afetar as definições nacionais, moldar a iniciativa do trabalho de plataformas da Comissão no conceito de trabalho predominantemente pessoal poderia ajudar a superar os obstáculos atuais e futuros a este avanço histórico no direito social da UE. 



Valerio De Stefano



Antonio Aloisi

*Valerio De Stefano é professor de Direito do Trabalho na KU Leuven e co-autor da obra *Novas Estratégias Sindicais para Novas Formas de Emprego* (CES, 2019); Antonio Aloisi é bolseiro Marie Skłodowska-Curie e professor-assistente de Direito do Trabalho Europeu na IE Law School, IE University, Madrid.

**Subtítulos da responsabilidade da Redação

Bowling

Sócias do MAIS representam Portugal em torneio

As atletas da Unicre fizeram parte da equipa portuguesa que disputou o Mediterranean Bowling Championship

A localidade de Moussy le Neuf, nos arredores de Paris, foi o palco escolhido para a realização do Mediterranean Bowling Championship entre os dias 11 e 17 de outubro. Portugal marcou presença com duas sócias do Mais Sindicato, Olinda Bettencourt e Helena Lourenço, ambas



da Unicre, a formarem a equipa feminina presente em terras francesas.

A equipa portuguesa terminou no 11.º lugar numa prova onde a Itália conquistou a medalha de ouro, Malta conseguiu a prata e a anfitriã França ficou com a medalha de bronze.

A participação lusa, bem como todo o torneio, pode ser vista no canal de Youtube do Mediterranean Bowling Championship. ▶



São Martinho comemorado na Serra

A Secção Sindical de Reformados levou os sócios do MAIS e respetivos familiares a comemorarem o Magusto numa viagem até à Serra da Estrela. Os elogios no final provam o sucesso da iniciativa

O São Martinho deste ano foi celebrado de maneira muito especial. Entre os dias 12 e 14 de novembro, 42 pessoas aceitaram o repto para um passeio ao melhor que a Serra da Estrela tem para oferecer.

Depois de partirem do Centro Clínico do SAMS e de uma primeira paragem para pequeno-almoço, o grupo seguiu viagem com destino a Castelo Branco, onde visitou a Casa da Memória Judaica.

Após o almoço, foi a vez da Igreja e do Museu da Castanha, ambos na localidade de Aldeia do Bispo, na Guarda, numa visita acompanhada pelo presidente da Junta de Freguesia, Micael Costa.

O jantar, que contou com muita animação musical, já decorreu na Quinta do Crestelo, em Seia, onde o grupo ficou alojado.

Magusto

O sábado começou cedo com a partida para um passeio turístico pela Serra da Estrela, que englobou passagens por Lagoa Comprida e pela Torre, bem como uma visita ao Centro Interpretativo do Vale Glaciar do Zêzere.

Em Manteigas, o grupo visitou a Fábrica Burel antes do regresso à Quinta do Crestelo, onde o aguardava o tradicional magusto, com castanhas assadas e cozidas e jeropiga, e também uma degustação de produtos regionais. À semelhança do dia anterior, o jantar contou com animação musical.

Satisfação

Já no último dia, os participantes visitaram Oliveira do Hospital e fizeram uma visita guiada às Ruínas Romanas de Bobadela e à Igreja Moçárabe em São Pedro de Lourosa, iniciando o percurso de regresso a Lisboa após o almoço.

Unânime foi a opinião de que esta foi uma viagem muito gratificante dada a organização e a escolha dos locais a visitar, tendo o grupo feito votos para que iniciativas como esta possam ser repetidas em breve. ▶

Réveillon 2022

Quinta do Serpa Morgado
Vialonga

Fogo de artifício
Animação com DJ

Jantar servido à mesa

Sócios com FSA | **65€**

Sócios | **70€**

Acompanhantes | **80€**

Crianças dos 5 aos 12 anos | **38€**

Crianças até aos 4 anos | **Grátis**

Mais
Sindicato do
Sector Financeiro

Marcações | administrativa@mais.pt

Aveiro encanta sócios

Meia centena marcou presença na excursão do Sindicato até à Veneza portuguesa e apelou a que mais iniciativas do género se sigam

PEDRO GABRIEL

Aos poucos, o Mais Sindicato vai retomando as viagens a que habituou os seus sócios. No dia 13 o destino escolhido foi a Costa Nova e Aveiro, tendo contado com a presença de 50 pessoas, o que prova as saudades que os sócios tinham deste tipo de viagens. Pouco passava das 7h30 quando o autocarro partiu do Centro Clínico do SAMS em direção à Costa Nova. Aqui, os participantes ficaram a conhecer os Palheiros, as tradicionais casas de madeira às riscas coloridas, e as máquinas fotográficas dispararam as primeiras fotos.

Tradição

Sem tempo a perder, o grupo seguiu viagem para conhecer a história e tradições das Salinas de Aveiro, além de aprender os processos, métodos e ferramentas utilizadas na safra. Após o almoço, chegou



provavelmente o momento mais icónico do dia. O passeio pela ria de Aveiro a bordo dos tradicionais moliceiros deliciou os participantes, que aproveitaram da melhor maneira o bom tempo que se fez sentir. Depois de um excelente dia passado na Veneza portuguesa, o grupo regressou a Lisboa, não deixando de apelar à organização para continuar a fazer viagens deste género. ▶

Classificados

Diversos

Vendo Selim novo em couro, ideal para crianças ou jovens em início de equitação.

Vendo Manjedoura/ comedouro em ferro galvanizado em estado novo. Comprimento 3.60x0.70 largura. Contacto: 918566486

Vantagens aos sócios

O Sindicato acaba de celebrar mais alguns protocolos que garantem aos associados e seus familiares, bem como aos beneficiários do SAMS, condições mais favoráveis:



Farmácias

Salomé Torres de Amaral Farmácia Unipessoal Lda., com sede em Lisboa, na Rua dos Caminhos de Ferro, n.º 102, concede 10% em todos os medicamentos e produtos de IVA a 6%; 10% em produtos não sujeitos a receita médica de IVA 23% (exceto produtos do protocolo da diabetes, papas e leites e produtos em campanha de preço reduzido ou com desconto); desconto fixo de 2,5€ em medicamentos sujeitos a receita médica com PVP superior a 35€. Válido na Farmácia Santa Apolónia, Farmácia Eusébio, A Minha Farmácia Sacavém e A Minha Farmácia Bem-me-Quer.

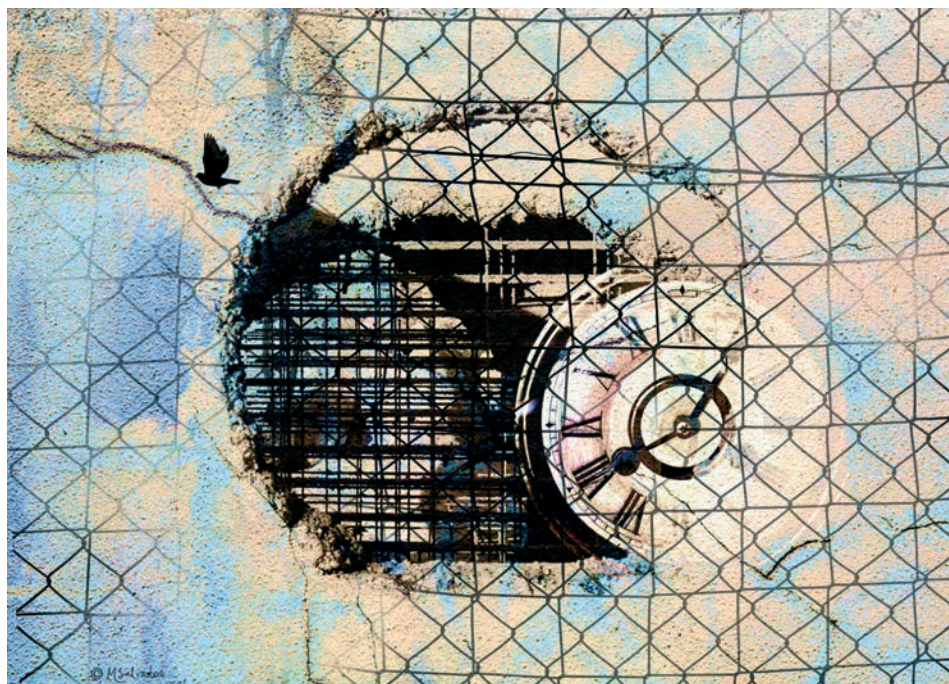


Comércio e montagem de pneus/serviços rápidos de manutenção João Miranda Ferreira unipessoal Lda., com sede em Terrugem, na Rua da Fonte da Ribeira n.º 13 – Godigana, concede desconto até 20% sobre o valor total da fatura.



Hoti Hotels

Hoti Hotels, com sede em Lisboa, na Avenida D. João II, 1.16.02 B, concede desconto de 10% sobre o valor total da fatura. Consulte a lista de hotéis no sítio do Mais Sindicato em Atividade Sindical > Serviços > Descontos para Sócios.



As teias do tempo

Maria Salvador
Sócia n.º 9217

A imaginação **é o limite**

Os associados do MAIS têm nesta página oportunidade de publicar poemas, pequenos contos e desenhos da sua autoria. A seleção das obras enviadas rege-se por critérios editoriais. Os textos para publicação não podem exceder os dois mil caracteres

Sol de inverno

O sol continua bem-disposto
Mas, cada vez é menos
Todos os dias se esconde um pouco
Vai para outras paragens
Assim vai continuar por mais três meses
Não se afeiçoa a ninguém
Mantém-se neutral
No que dele depender
Para todos quer ser igual
Quando nasce é para todos
Quem é que não quer um lugar ao sol!
Um bom bronzado
Uma casa soalheira
Sem vizinhos à sua beira
Boa comida caseira
Um passeio à feira
Para comprarem castanhas assadas
Saudarem o outono
Menos horas de sol
Menos horas de trabalho no campo
Para compensação das muitas no verão
Uma excelente distribuição
Uma vez que não lhe podemos deitar a mão
Para o ano espero por ti
Meu querido verão.

José Silva Costa
Sócio n.º 17296

Tempo estrangeiro

Estranho-te tanto
Não consigo abraçar-te
Foges-me
Quando criança
Lia-te o pensamento
O tempo era inteiro
Sentia-me completa
Repleta de Sol
Uma estrela
Hoje
Já não sou tua
Sou da Lua
E com as marés
Me espraio
Meu espírito
De lés-a-lés
Percorre o espaço
Procuro-te
E tu?
Escapas-me
Por entre os dedos
Para te impores
Ínfimo a meus pés!

Malika
Sócia n.º 30916

Sinónimos & Antónimos

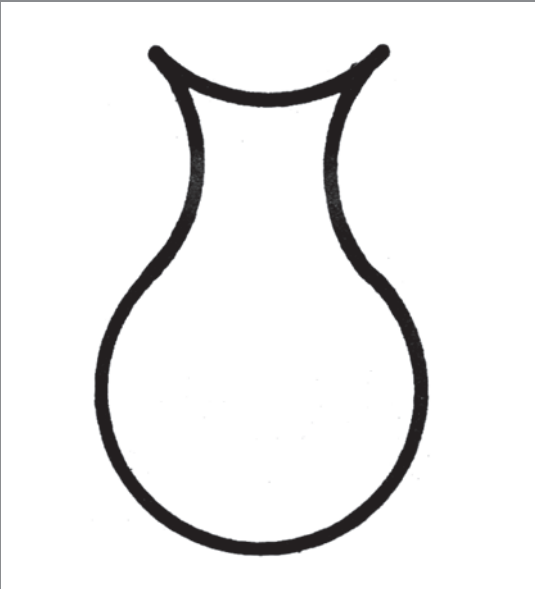
Faça a devida correspondência de cada "Entrada" com o seu sinónimo e antónimo.

	ENTRADA	SINÓNIMO		ANTÓNIMO	
1	AGORA	BREVE	A	AFASTAR	N
2	BOIAR	CALMO	B	AGITADO	O
3	CURTO	CHEIO	C	ANTES	P
4	FÚRIA	DUVIDA	D	CALMA	Q
5	HESITA	FLUTUAR	E	DECIDE	R
6	JUNTAR	HOJE	F	IMERGIR	S
7	LIVRE	IDOSO	G	JOVEM	T
8	NÍTIDO	LIMPO	H	LENTO	U
9	OCUPADO	RAIVA	I	LIVRE	V
10	RÁPIDO	SOLTO	J	LONGO	X
11	SERENO	UNIR	L	PRESO	Y
12	VELHO	VELOZ	M	SUJO	Z

A sortear: PRÉMIO PORTO EDITORA

O Quadrado

Como se pode cortar esta peça em três partes, de modo que seja possível formar um quadrado?



A sortear: PRÉMIO PORTO EDITORA

Palavras-cruzadas

Problema 426

HORIZONTAIS:

1 – Sapato grande e mal feito [regionalismo]. Solução [fig.]. 2 – Ala. Espaço vazio. Mensalidade. 3 – Riqueza [fig.]. A minha pessoa. 4 – Quantidade considerável [fig.]. Igual. Gulosa [Guiné-Bissau]. 5 – Orçamento Retificativo. Sapato de lona, geralmente com sola de borracha e com atacadores, usado para atividades desportivas, ou no dia a dia, com roupa informal.

Indício. 6 – Facto. Associação da Bolsa de Derivados do Porto. 7 – Contudo. Ponta aguçada. Somei. 8 – Voto. 9 – Símbolo de rádio. Liga. Rabo [cal.]. 10 – Tio ou tia [infant.]. Bruxa. 11 – Humedecera [regionalismo]. Miras.

VERTICAIS:

1 – Sapatos velhos [regionalismo]. Pron. pess. que designa a segunda pessoa do singular. 2 – Aqueles. Causar ira a. Ril. 3 – Pouco denso. Sapato largo e raso. 4 – Te + o. Atingir. 5 – A + o. Até. Forma sincopada de para. 6 – Sapato acalcanhado no sítio do tacão. 7 – Símbolo de cobalto. Pequena moeda chinesa, geralmente de estanho ou de cobre. Mau cheiro. 8 – Abreviatura de Sua Alteza. Sim [ant.]. 9 – Zanga passageira. Sapatos grandes [fig.]. 10 – Visita. Sigla de computer-aided design and drafting. Iguala [regionalismo]. 11 – Sapato de sola fina usado para dançar. Essas.

A sortear: PRÉMIO MAIS

Dicionários adotados: da Língua Portuguesa e dos Verbos Portugueses, da Porto Editora.

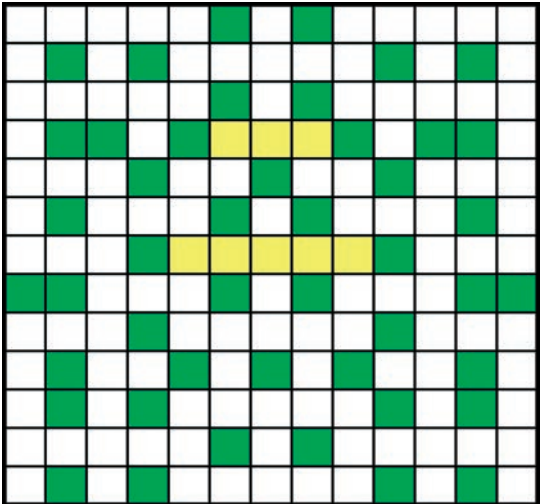
“Quando a burla é enorme, ganha um nome respeitável”

Lopez de Ayala (1828-1879), escritor e político espanhol

Crucigrama

Transfira para a grelha as 49 palavras indicadas a seguir:

- BI, CÊ, DÓ, ÉS, UM, NA, TI, UM.
- AAR, AÇO, ALÓ, AVE, BOM, COE, CÓI, DOR, EVA, IVA, LAP, LEI, LUZ, MOR, OLA, RIL, ROR, SIC, TER, UNI.
- ATOL, UNTO, ABALO, AULAS, CORNO, IRIAL, ITERA, LENÇO, LIAME, LICOR, MALES, MELOA, NATAL, PORÇA, RAPAZ, RÉZIO, TENCA.
- APOTECA, CAPITAL.
- CRIADAGEM, RAPSÓDIAS.



A sortear: PRÉMIO PORTO EDITORA

Sudoku

As casas vazias devem ser preenchidas com os algarismos de 1 a 9 mas de forma a que cada um dos algarismos surja somente uma vez em cada linha, em cada coluna e em cada quadrado.

Fácil 358

	5		4		6		2	
2		4		8		7		6
	4		8		9		6	
7		8				9		5
	1		3		7		8	
9		7		3		1		8
	8		5		1		7	

Médio 358

		7				5		
	5			2			6	
3			1		9			2
		2		8		9		
	4		2		6		7	
		8		7		4		
2			5		7			1
	3			6			9	
		6				8		

Difícil 358

		3	4		1	7		
	2			7			3	
7				3				5
3				4				7
	4	2	7		9	3	5	
6				2				8
4				9				2
	1			6			7	
		8	2		7	6		

Fácil 359

7		5						8
	1			7	6			3
4			9			5		
	2				5			6
	4			1			5	
6			3				8	
		3			9			1
	8		7	4			2	
2					3		9	

Médio 359

	1	2				7		
			6	2			8	3
3	8							1
			9		6		7	
	6						4	
	4		5		2			
7							2	5
8		6		5	4			
		1				6	3	

Difícil 359

	8			1				
	2	4					9	1
				3		7		4
			5				2	
1					6			7
		9				8		
	4		8	6				
5	1					3	7	
				3			8	

Enigma Figurado

(expressão corrente)

A sortear: PRÉMIO MAIS



Resultados do «Tempo Livre» 424

1	L	C	A	R	T	O	L	A	G
2	I	R	A	R	A	P	E	R	C
3	T	E	L	A	S	A	L	E	A
4	R	I	S	O	P	R	O	I	R
5	O	I	S	I	A	T	O		
6	P	A	R	C	S	I	C		
7	S	A	A	B	A	D	E	A	S
8	A	N	I	L	R	B	O	N	E
9	C	A	A	R	E	N	A	E	R
10	A	M	O	R	T	D	E	C	I
11	M	A	A	P	A	G	A	O	O

Palavras-Cruzadas: Premiado: Virgílio Atalaya (Lisboa).

Literatura.com: Robalo, Espadarte, Dourada, Tainha, Atum, Pargo, Cherne, Cação, Boga, Carapau, Corvina, Salmão, Faneca. Premiados: Manuel Silva Campos (Queluz).

Vindimas: Malvasia. Premiados: Luíza Monteiro Sousa (Elvas).

O Jantar: 99 (multiplica-se os dois de cima, subtraindo o de baixo). Premiados: Ricardo Feiteira Lopes (Lar dos SAMS).

Vogais & Consoantes: 1 – Urdidura. 2 – Lambança. 3 – Onzenice. 4 – Tecedura. 5 – Arriosa. Premiados: José Maria Marquez (Nisa).

Enigma Figurado: Coração de ouro (pessoa generosa). Premiados: Ana Cristina Mendes Madeira (Odivelas).

Soluções

5	2	9	6	7	3	1	4	8	5
3	6	4	9	8	2	7	1	5	4
7	4	8	5	2	6	3	9	1	7
1	3	2	4	6	9	8	7	5	1
8	7	5	1	6	3	2	4	9	8
4	9	8	7	5	1	6	3	2	4
6	5	1	3	2	4	9	8	7	5
2	7	1	5	3	6	4	9	8	7
9	8	7	5	1	6	3	2	4	9
3	6	4	9	8	2	7	1	5	4

Difícil 359

8	4	5	1	2	9	7	6	3	8
2	6	3	8	1	5	4	9	7	1
7	9	6	3	1	8	4	2	5	6
5	4	2	8	6	3	1	7	9	5
9	8	7	5	1	6	3	2	4	9
3	6	4	9	8	2	7	1	5	4
1	3	2	4	6	9	8	7	5	1
6	5	1	3	2	4	9	8	7	5
2	7	1	5	3	6	4	9	8	7
4	9	8	7	5	1	6	3	2	4

Médio 359

2	6	4	8	5	1	3	7	9	
1	8	9	7	4	3	6	2	5	
5	7	3	2	6	9	8	4	1	
6	5	1	3	9	7	4	8	2	
9	4	8	6	1	2	7	5	3	
3	2	7	4	8	5	1	6	9	
8	1	5	6	3	4	7	2	9	
4	3	6	9	8	2	7	5	1	
7	9	5	1	3	4	2	6	8	

Fácil 359

1	4	9	1	7	5	3	6	2	8
2	6	4	8	5	1	3	7	9	
3	5	2	7	4	6	9	8		
4	8	3	1	9	5	2	6		
5	7	6	4	3	8				
6	9	5	3	7	1	2			
7	2	8	6	4	5	1			
8	1	3	9	7	6	2			
9	4	6	8	5	3	7			

Difícil 358

4	7	6	9	1	2	8	5	3	
1	3	2	4	6	9	8	7		
5	8	7	3	1	4	2	6		
2	9	6	5	3	7	1	4		
8	3	4	1	5	2	6	7		
6	5	3	7	1	4	2	8		
9	2	8	6	4	5	1	3		
7	1	3	9	8	2	6	4		
4	6	8	5	7	3	1	2		
3	5	1	4	2	6	9	8		

Médio 358

1	2	5	7	3	8	4	9	6	
4	8	6	1	9	2	7	5		
9	3	7	4	6	5	1	8		
5	2	8	3	1	4	7	6		
6	9	4	5	2	3	7	1		
7	3	8	6	4	1	9	5		
2	1	5	7	3	9	6	4		
8	4	1	2	6	5	3	7		
3	5	1	4	7	2	8	6		

Fácil 358

Stannah

*"Só posso confiar
numa marca que
é ainda mais
experiente
do que eu!"*

Ruy de Carvalho
ATOR

**Líder mundial em
elevadores de escadas**

Agende a avaliação das suas escadas.

*Scooters de
Mobilidade*

**Nº 1
EM SCOOTERS
DE MOBILIDADE**

Agende o test-drive
da sua scooter

Recuperar a independência com as Scooter Stannah!

Desfrute novamente de uma vida ativa e livre, como sempre sonhou. Ideal para pessoas com algumas dificuldades em caminhar, as scooters de mobilidade Stannah devolvem a liberdade de se deslocar, em segurança, para idas à farmácia ou compromissos inadiáveis no seu dia a dia.

■ Elétricas e muito fáceis
de manobrar



RUY208C11121

*Plataforma
Smart*

PODE SER
OPERADA POR
TELEMÓVEL
OU TABLET

Instalação em
apenas 1 dia*

■ A mais estreita
do mercado

■ Capacidade de
carga até 300kg

■ Tecnicamente
avanzada

**GARANTE O
TRANSPORTE DE
PESSOAS E CARGAS
DIVERSAS.**

*Baseado numa instalação em condições normais.

OFERTA

Cabaz de Natal

Na compra de um equipamento
de mobilidade Stannah

A campanha apresentada nesta comunicação tem validade de um mês, sem efeito retroativo e não é acumulável com outros descontos ou campanhas em vigor.

LIGUE TEL.:

808 918 388

Custo de chamada local